

APFF ultima dossiês da marina e do Cabedelo



Há vários interessados na concessão dos imóveis do Cabedelo



Fotos DB-Joã Alves

Concurso para concessão da marina deverá ser lançado este ano

●●● A Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF) está a ultimar os dossiês relativos aos imóveis do Cabedelo e à concessão da marina. Em declarações ao DIÁRIO AS BEIRAS, a presidente do concelho de administração, Fátima Alves, disse que o processo do concurso para entregar a exploração do porto de recreio a privados está em curso. Entretanto, foram recuperados passadiços degradados na infraestrutura.

“Esperamos ainda este ano abrimos o concurso”,

adiantou Fátima Alves, acerca da marina. A APFF espera que surjam muitos potenciais concessionários, já que a Figueira da Foz é um dos locais mais procurados para quem navega de e para Espanha através da costa atlântica. Por outro lado, o bem-sucedido processo de concessão de Sines também anima a administração portuária. “Há um interesse internacional muito grande nas marinas”, afirmou aquela responsável.

Em relação ao Cabedelo, a APFF continua a ser

proprietária dos imóveis integrados no antigo parque de campismo, ou seja, o edifício principal e os balneários. Esta empresa pública, que também gere o Porto Comercial de Aveiro, detinha, também, os terrenos onde a Câmara da Figueira da Foz procedeu à requalificação urbana, mas foram cedidos ao município no âmbito da delegação de competências.

Reordenamento antes do concurso público

Para a Câmara da Figueira da Foz poder encerrar o processo de concessões no Cabedelo, o título de propriedade dos imóveis terá de ser transferido para o município. No entanto, a APFF não deverá abdicar de contrapartidas. Para o edifício principal, onde funcionaram os serviços administrativos do antigo parque de campismo e um espaço de restauração (concessionado), há diversos interessados, entre os quais marcas de prestígio internacional de desportos de ondas.

Neste momento, a APFF está a tratar de encontrar um compromisso legal e jurídico entre a administração portuária, o Estado (este, na qualidade de acionista principal da empresa que gere os dois portos) e o município. Os restantes imóveis do Cabedelo, incluindo terrenos, para os quais também há interes-

sados privados, mantêm-se com o estatuto de interesse portuário.

Para estes casos, a APFF está a fazer uma proposta de ordenamento. Por outro lado, o património não pode ser utilizado sem concurso público. A solução poderá passar pelo reordenamento dos lotes e respetivo regulamento, para poderem, assim, ser concessionados pela APFF. “Acolhemos bem a vontade e o interesse das empresas ligadas [aos desportos de ondas] interessadas em localizar-se ali”, afirmou Fátima Alves.

Prazo ultrapassado

Estava previsto que o processo do Cabedelo ficasse concluído antes do fim de setembro. O ex-presidente da Câmara da Figueira da Foz, Carlos Monteiro, numa reunião de executivo camarário, afirmou que se a data fosse ultrapassada pela APFF recorria ao Governo, a fim de ser esclarecido sobre se os imóveis ainda pertencem à administração portuária ou se também foram transferidos para o município no âmbito da delegação de competências que permitiu intervir no Cabedelo. Entretanto, realizaram-se Eleições Autárquicas e o interlocutor da APFF na câmara municipal passou a ser Pedro Santana Lopes.

|Joã Alves